

INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS NO ÂMBITO JURÍDICO BRASILEIRO: IMPLICAÇÕES E BENEFÍCIOS DE UM DEBATE INEVITÁVEL

ARTIFICIAL INTELLIGENCES IN THE BRAZILIAN LEGAL SPHERE: IMPLICATIONS AND BENEFITS OF AN INEVITABLE DEBATE

Gabriela Kimy Matsumoto Maciel¹
Wellson Rosário Santos Dantas²

RESUMO: O artigo analisa os impactos da inteligência artificial (IA) no sistema jurídico brasileiro, abordando implicações éticas, jurídicas e constitucionais decorrentes de sua aplicação no Poder Judiciário e na advocacia. Com base em metodologia qualitativa e exploratória, delimita-se ao período de 2018 a 2025, investigando o uso crescente de ferramentas tecnológicas em processos judiciais e administrativos, bem como os riscos associados à ausência de regulação específica. Conclui-se que, embora a IA possa trazer ganhos de eficiência e celeridade processual, sua implementação no Direito exige regulamentação, governança e supervisão humana para garantir legalidade, ética e respeito aos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Direito. Ética. Princípios Constitucionais. Regulação.

3728

ABSTRACT: This article examines the impacts of artificial intelligence (AI) on the Brazilian legal system, focusing on the ethical, legal, and constitutional implications of its application in the Judiciary and legal practice. Using a qualitative and exploratory methodology, the research covers the period from 2018 to 2025 and investigates the increasing use of technological tools in judicial and administrative processes, as well as the risks posed by the lack of specific regulation. The study concludes that although AI can enhance efficiency and procedural speed, its implementation in the legal field demands proper regulation, governance, and human oversight to ensure legality, ethics, and the protection of fundamental rights.

Keywords: Artificial Intelligence. Law. Ethics. Constitutional Principles. Regulation.

I INTRODUÇÃO

O desenvolvimento acelerado da inteligência artificial (IA) tem promovido mudanças significativas em diversos setores, inclusive no campo jurídico. No Brasil, sistemas baseados em IA têm sido implementados para agilizar processos judiciais, auxiliar na análise de casos e prever decisões. Apesar das vantagens evidentes em termos de eficiência e redução de custos, a

¹Bacharelada em Direito, Centro Universitário UNIRG.

²Professor do curso de em Direito, Centro Universitário UNIRG.

inserção da IA no Direito suscita questões relevantes acerca da legalidade, ética, transparência e respeito aos direitos fundamentais.

Assim, podemos observar que o uso de Inteligência Artificial (IA) no âmbito do Poder Judiciário é um tema emergente e complexo, que nos convoca a uma reflexão sobre a compatibilidade de novas tecnologias com as garantias fundamentais previstas na Constituição. Embora a legislação específica ainda esteja em desenvolvimento, a jurisprudência dos tribunais superiores já começa a delinear os contornos dessa aplicação, sempre à luz dos princípios constitucionais.

Nesse contexto, este artigo investiga as principais implicações do uso da inteligência artificial no âmbito jurídico, com ênfase nos impactos para a segurança jurídica, a imparcialidade das decisões e os desafios regulatórios. São discutidos os dados mais recentes sobre uso de IA no Judiciário, novas resoluções normativas e estudos acadêmicos sobre vieses, a fim de contribuir para a construção de um marco normativo que assegure a utilização ética e responsável dessas ferramentas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Inteligência Artificial: conceito e evolução

3729

O termo “Inteligência Artificial” teve sua primeira aparição na década de 50, quase que paralelamente ao início da era dos computadores. Nesse contexto, a conceituação do termo sempre se mostrou como um desafio na medida em que sempre se buscou distinguir a inteligência biológica (do ser humano) com a inteligência artificial computadorizada.

Segundo McCarthy, que é considerado o primeiro estudioso da Inteligência Artificial, a IA é “a ciência e a engenharia de produzir máquinas inteligentes” (McCarthy, 1956). Já Stuart Russell e Peter Norvig (2010), em uma das obras mais consagradas da área, definem IA como “o estudo de agentes que percebem seu ambiente e agem de forma a maximizar suas chances de sucesso”.

Assim, pode-se dizer que a Inteligência artificial (IA) versa sobre o desenvolvimento de sistemas computacionais capazes de realizar tarefas que normalmente requerem inteligência humana, como aprendizado, raciocínio e tomada de decisão (RUSSELL; NORVIG, 2020). Após avanços históricos nas décadas de 1950 e 1960, técnicas como Machine Learning e Deep Learning tornaram-se os pilares das aplicações modernas, permitindo que máquinas processem grandes volumes de informação e identifiquem padrões complexos. Essas tecnologias

sustentam aplicações práticas em diversos setores, inclusive no Direito.

Para compreender a evolução, destaca-se que os algoritmos são conjuntos de instruções lógicas e sequenciais que orientam a resolução de problemas. A partir deles surgem técnicas de aprendizado de máquina (Machine Learning), nas quais os sistemas se adaptam a novas circunstâncias e extrapolam padrões previamente estabelecidos (SURDEN, 2014). Em um nível mais avançado, o Deep Learning utiliza redes neurais artificiais para dividir tarefas em múltiplas camadas de processamento, possibilitando o reconhecimento de voz, tradução automática e análise preditiva (COPELAND, 2016).

Do mesmo modo, a Inteligência Artificial pode ser compreendida de maneira abrangente como o conjunto de técnicas e sistemas que permitem a automação do pensamento e da decisão, seja por meio de regras pré-programadas (IA simbólica) ou por meio de mecanismos adaptativos baseados em dados (IA conexionista). Mais do que uma simples ferramenta tecnológica, a IA representa uma nova etapa do desenvolvimento humano e científico, com profundas implicações éticas, econômicas e jurídicas.

No contexto jurídico, o conhecimento desses conceitos é essencial para entender como sistemas podem apoiar a atividade forense e administrativa, desde que haja supervisão humana para garantir a confiabilidade dos resultados.

3730

2.2 Aplicações da IA no âmbito jurídico

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) no universo jurídico tem provocado profundas transformações na forma como operadores do Direito desempenham suas atividades. Conforme aponta Richard Susskind (2019), o Direito está migrando de uma profissão artesanal para um modelo cada vez mais tecnológico e orientado por dados. A IA não substitui o papel humano, mas amplia a capacidade de análise, automatiza tarefas repetitivas e possibilita decisões mais rápidas e fundamentadas.

Uma das principais aplicações da IA no meio jurídico está na automação de documentos e análise contratual. Softwares baseados em *machine learning* conseguem revisar contratos em segundos, identificando cláusulas abusivas ou inconsistentes — tarefa que levaria horas a um advogado. Katz e Bommarito (2021) chamam esse fenômeno de *computational law*, defendendo que a análise jurídica baseada em algoritmos pode tornar o sistema mais eficiente e previsível.

Outro campo promissor é o uso de sistemas preditivos para análise de jurisprudência. Ferramentas de IA são capazes de examinar milhares de decisões judiciais e prever tendências

de julgamento, auxiliando na elaboração de estratégias processuais.

O Judiciário brasileiro tem investido em IA para enfrentar o excesso de processos e a morosidade. O Projeto VICTOR, no STF, por exemplo, realiza triagem automática de recursos extraordinários com base em temas de repercussão geral (MOURA, 2022). Em uma geração de abarrotamento processual, essa triagem reduz o tempo de análise manual e facilita a distribuição de processos. O Sistema Nacional de Análise de Petições (SINAPSI), do CNJ, categoriza petições iniciais e organiza documentos, promovendo maior racionalidade na gestão processual.

Nos escritórios de advocacia, “robôs-advogados” e plataformas de análise de contratos automatizam pesquisas, identificam cláusulas incoerentes e sugerem soluções jurídicas (BICUDO, 2017; ATHENIENSE, 2017).

Além disso, ferramentas de rastreamento de propriedade intelectual e de previsão de desfechos judiciais auxiliam advogados em estratégias de atuação. A coleta e organização automatizada de normas, jurisprudência e doutrina permitem que profissionais do Direito dediquem mais tempo à análise crítica dos casos. No Ministério Público, assistentes digitais analisam rapidamente grandes volumes de dados, auxiliando promotores na formulação de acusações (MELLO; MULHOLLAND, 2020).

3731

Essas soluções contribuem para maior precisão na atuação ministerial, desde que acompanhadas de mecanismos de auditoria e controle. Segundo pesquisa do CNJ em 2024, 178 projetos de IA estavam registrados nos tribunais e conselhos, dos quais 98 eram novas iniciativas, e cerca de 45,8% dos órgãos já usavam IA generativa para geração, melhoria e sumarização de textos. Esses dados mostram que o uso da IA é uma tendência consolidada no Judiciário, embora com desafios de infraestrutura, integração à plataforma Sinapses e capacitação técnica (CNJ, 2024).

Importante observar que o avanço da IA no Direito também suscita debates éticos e normativos. Floridi e Cowls (2019) apontam preocupações pertinentes à cristalinidade algorítmica e responsabilização por decisões automatizadas, especialmente em áreas sensíveis como direito penal e previdenciário. No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) estabelece limites ao tratamento automatizado de informações, reforçando a necessidade de supervisão humana nas decisões jurídicas baseadas em IA.

Desse modo, é possível notar que a Inteligência Artificial representa uma ferramenta de apoio valiosa para o sistema jurídico, desde que utilizada com responsabilidade e alinhada

aos princípios éticos e constitucionais. Seu impacto não está na substituição de profissionais, mas na redefinição de suas funções, exigindo uma nova formação jurídica mais tecnológica e interdisciplinar.

2.3 Princípios constitucionais e o uso da IA

A Constituição de 1988 estabelece como pilares o contraditório, a ampla defesa, a motivação das decisões e a legalidade. O uso indiscriminado ou não supervisionado de algoritmos pode comprometer tais garantias (BARROSO, 2020).

A motivação das decisões judiciais, por exemplo, não pode ser substituída por códigos-fonte ininteligíveis ao jurisdicionado, sob pena de violação do princípio da publicidade e da confiança no sistema de justiça.

Nesse caso é necessário observar que a implementação de sistemas de IA deve ser pautada pela estrita observância dos pilares do Estado de Direito, adaptando-os à nova realidade tecnológica, conforme se observa a seguir:

a. Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa

O princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, CF) exige que ninguém seja privado de seus bens ou de sua liberdade sem um processo justo. No contexto da IA, isso significa que uma decisão, ainda que automatizada, não pode ser arbitrária, inescrutável ou irrecorrível.

O direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, CF) complementa essa garantia. As partes devem ter o direito de conhecer os critérios utilizados pelo sistema de IA e de contestar a decisão automatizada.

b. Publicidade e Motivação das Decisões

Todas as decisões judiciais devem ser públicas e fundamentadas, sob pena de nulidade (art. 93, IX, CF). Este é um dos maiores desafios para a IA, especialmente para os modelos de "caixa-preta" (black box), cujo processo decisório é opaco.

Para respeitar esse princípio, o algoritmo não pode ser um segredo. A lógica por trás da decisão automatizada deve ser compreensível e auditável. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a constitucionalidade da lei sobre a informatização do processo, reforçou a importância da publicidade na era digital:

STF — Ação Direta de Inconstitucionalidade 388o

O STF validou a substituição da publicação em órgão oficial pelo Diário de Justiça eletrônico, entendendo que o princípio da publicidade não foi violado, mas sim adaptado aos novos meios tecnológicos para garantir maior alcance e eficiência.

A mesma lógica se aplica à IA: a tecnologia deve servir para ampliar a transparência, e não para criar barreiras ao entendimento das decisões judiciais.

c. Princípio da Isonomia

O princípio da isonomia (art. 5º, caput, CF) determina que todos devem ser tratados de forma igual perante a lei. A IA apresenta um risco significativo de violação a este princípio se os algoritmos forem treinados com bases de dados que contenham vieses históricos ou discriminatórios.

Um sistema de IA pode perpetuar ou até amplificar preconceitos existentes na sociedade, resultando em decisões que discriminam determinados grupos. Portanto, é fundamental que os sistemas sejam desenvolvidos e auditados para garantir a neutralidade e a imparcialidade, tratando casos semelhantes de forma semelhante.

3733

d. Princípio da Eficiência

A Emenda Constitucional nº 45/2004 incluiu a "razoável duração do processo" como um direito fundamental (art. 5º, LXXVIII, CF). A busca por eficiência é um dos principais motores para a adoção da IA no Judiciário. A automação de tarefas repetitivas e a análise de grandes volumes de dados podem, de fato, acelerar a prestação jurisdicional.

No julgamento da ADI 388o, o STF destacou que a informatização do processo judicial visa concretizar o direito a uma justiça mais célere e eficiente. A IA é uma ferramenta poderosa para esse fim, mas sua implementação não pode sacrificar as demais garantias constitucionais. No Brasil, a aplicação da IA deve observar ainda os princípios da eficiência e da segurança jurídica. É necessário assegurar transparência e possibilidade de revisão humana das decisões apoiadas em algoritmos. A IA deve ser ferramenta de apoio, e não substituta de profissionais do Direito, preservando a imparcialidade, a legalidade e a proteção dos direitos fundamentais.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atento as situações que têm se apresentado vem buscando regulamentar o uso de Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário, buscando

conciliar a inovação tecnológica com a preservação dos direitos fundamentais. A principal norma sobre o tema é a Resolução nº 332, de 21 de agosto de 2020.

Vamos analisar os pontos centrais dessa resolução e como a jurisprudência tem aplicado essas diretrizes.

Resolução CNJ nº 332/2020: A Ética e a Governança da IA no Judiciário

Esta resolução estabelece os princípios e as diretrizes para o desenvolvimento e uso de sistemas de IA no Poder Judiciário. Ela é o marco regulatório que orienta os tribunais na adoção dessa tecnologia. Seus principais eixos são:

Governança e Supervisão Humana: A resolução determina que todo sistema de IA deve ter supervisão humana, preferencialmente por um magistrado. A decisão final é sempre de responsabilidade de uma autoridade humana, o que afasta o risco de "juízes-robôs" e assegura a observância do princípio do juiz natural.

Transparência e Auditabilidade: Em linha com os princípios constitucionais da publicidade e da motivação, a norma exige que os modelos de IA sejam transparentes. Isso significa que as partes e seus advogados devem ter o direito de entender como o sistema chegou a uma determinada sugestão ou análise. Os algoritmos devem ser auditáveis, permitindo a verificação de seu funcionamento e a identificação de possíveis vieses.

3734

Igualdade e Não Discriminação: A resolução proíbe expressamente o uso de IA para fins que impliquem em discriminação ilícita. Os dados utilizados para treinar os algoritmos devem ser representativos e de alta qualidade para evitar a perpetuação de vieses históricos e garantir a isonomia.

Segurança e Privacidade: O desenvolvimento e o uso de IA devem respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a segurança e a privacidade dos dados processuais e pessoais envolvidos.

Capacitação: O CNJ incentiva a capacitação de magistrados e servidores para que compreendam e utilizem adequadamente as ferramentas de IA. Um exemplo disso é a alteração na Resolução CNJ nº 75/2009, que incluiu "Direito Digital" e noções de IA no conteúdo programático dos concursos para a magistratura, como se observa no Ato Normativo 0006767-49.2021.2.00.0000.

2.4 Desafios éticos e jurídicos

A transparência algorítmica é um dos principais desafios. Muitos sistemas funcionam

como “caixas-pretas”, violando princípios de publicidade e dificultando responsabilização (ZUBOFF, 2019). Outro ponto crítico é a responsabilidade por decisões automatizadas. A ausência de marco regulatório específico contribui para insegurança jurídica (VENTURA, 2023).

Caso emblemático ocorreu no TJSC, que multou advogado por apresentar habeas corpus com jurisprudência inexistente gerada por IA (TJSC, 2025). O episódio expõe riscos da dependência cega de sistemas de IA e reforça a importância da verificação humana e de diretrizes éticas da OAB (JUSBRASIL, 2023). Além disso, demonstra a necessidade de capacitar operadores do Direito para uso crítico das novas tecnologias.

O CNJ, com participação da OAB, editou normas específicas para regular o uso de IA no Judiciário, exigindo auditoria, governança e supervisão humana (OAB, 2025). Tais medidas visam garantir conformidade com os direitos fundamentais e a autonomia decisória dos magistrados. Ainda assim, persiste o desafio de tornar compreensíveis os algoritmos para o cidadão comum, a fim de evitar violações à isonomia e à confiança no sistema de justiça.

Estudos recentes, como o LegalScore (2025), analisam o desempenho de modelos de IA generativa em provas jurídicas no Brasil, evidenciando que dados locais e treinamento contextualizado reduzem erros e vieses. Outro estudo (INACIA, 2024) explora a aplicação de grandes modelos de linguagem em tribunais de contas, mostrando oportunidades e riscos semelhantes. Pesquisas sobre viés de gênero em decisões judiciais usando NLP também ilustram o potencial da IA não apenas para eficiência, mas para controle social e accountability institucional.

3735

2.5 A Natureza da Decisão Automatizada e a Responsabilidade na utilização da Inteligência artificial

A doutrina se debruça sobre a questão da responsabilidade em um cenário onde máquinas participam do processo decisório. A conclusão predominante é a de que a responsabilidade final não pode ser delegada a um algoritmo.

Frank Pasquale, em sua obra "The Black Box Society", embora não seja brasileiro, é amplamente citado no Brasil. Ele argumenta que a opacidade dos algoritmos ("caixa-preta") é um dos maiores desafios para a responsabilização. Para Pasquale, sem transparência sobre como uma decisão é tomada, torna-se impossível auditar sua justiça e legalidade. A doutrina nacional absorve essa preocupação, defendendo que a decisão judicial, mesmo que auxiliada por IA, deve ser sempre explicável e passível de impugnação.

Um dos temas mais críticos na doutrina é o risco de a IA perpetuar e amplificar preconceitos existentes na sociedade, violando o princípio constitucional da isonomia.

Estudos demonstram que algoritmos, mesmo que não sejam intencionalmente programados para discriminar, podem gerar resultados injustos ao serem treinados com dados enviesados. A doutrina jurídica brasileira, inspirada por essa análise, alerta que o uso de IA em áreas como a dosimetria da pena ou a análise de risco de reincidência criminal deve ser feito com extrema cautela. É necessário garantir que os dados de treinamento sejam rigorosamente auditados para remover vieses históricos contra determinados grupos sociais.

Importante análise que deve ser feita sobre a utilização da Inteligência Artificial no futuro das profissões jurídicas, apontando para uma mudança de perfil e de competências.

Richard Susskind, em obras como "Tomorrow's Lawyers", prevê que o trabalho do advogado se deslocará de tarefas repetitivas e informacionais para atividades que exigem criatividade, estratégia e inteligência emocional. A pesquisa de jurisprudência e a elaboração de documentos padronizados serão cada vez mais automatizadas. Em contrapartida, a capacidade de aconselhar o cliente, de negociar acordos complexos e de atuar de forma empática ganhará um valor imenso.

CONCLUSÃO

A incorporação da inteligência artificial ao sistema jurídico brasileiro apresenta benefícios inegáveis, como aumento de eficiência, redução de custos e maior celeridade processual. Contudo, sem regulamentação específica, surgem riscos à segurança jurídica, aos princípios constitucionais e à proteção dos direitos fundamentais.

Para que a IA seja instrumento de aprimoramento da justiça, e não fator de insegurança, é indispensável estabelecer diretrizes claras de governança, transparência, supervisão humana e responsabilização. O debate acadêmico e institucional deve orientar a construção de políticas públicas e marcos regulatórios que assegurem um uso ético, transparente e seguro da IA no Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHENIENSE, Rodrigo. Computação cognitiva e contratos empresariais. *Revista Consultor Jurídico*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br>. Acesso em: 16 out. 2025.

BARROSO, Luís Roberto. Princípios constitucionais e inteligência artificial no Judiciário. *Revista de Direito Constitucional*, v. 34, n. 2, p. 45-67, 2020.

- BERTÃO, Ana. Consultoria jurídica automatizada: limites e possibilidades. São Paulo, 2017.
- BICUDO, Cláudio. Robôs-advogados e o futuro da advocacia. *Revista de Direito e Tecnologia*, São Paulo, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- CNJ. Pesquisa IA no Poder Judiciário 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>.
- CNJ. Resolução atualizada sobre uso de IA no Judiciário, 2025.
- COPELAND, Michael. Deep learning: o que é e por que importa. *NVIDIA Developer Blog*, 2016. Disponível em: <https://blogs.nvidia.com/blog/what-is-deep-learning/>. Acesso em: 16 out. 2025.
- FLORIDI, Luciano; COWLS, Josh. *A Unified Framework of Five Principles for AI in Society*. Harvard Data Science Review, v. 1, n. 1, 2019.
- JUSBRASIL. O Código de Ética da OAB e a Revolução das Inteligências Artificiais na Advocacia. 2023. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br>>.
- KATZ, Daniel Martin; BOMMARITO, Michael J. *Computational Law: The Cop in the Backseat of the Driverless Car*. Edward Elgar Publishing, 2021.
- MCCARTHY, John. *Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence*. 1956.
- MELLO, Ricardo; MULHOLLAND, Ana. Assistente digital do promotor: automação de processos no Ministério Público. *Revista do Ministério Público*, Brasília, 2020.
- MIGALHAS. TJ/SC adverte advogado por HC feito por IA com jurisprudência falsa. 27 maio 2025. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br>>.
- MOURA, Ana Carolina. Inteligência artificial e o Poder Judiciário brasileiro: avanços e desafios. São Paulo: Editora Jurídica, 2022.
- OAB. Nova norma do CNJ define regras para IA no Judiciário com participação da OAB. Brasília, 2025. Disponível em: <<https://www.oab.org.br>>.
- PASQUALE, Frank. *A Sociedade da Caixa-Preta: O algoritmo secreto que controla dinheiro e informação*. Editora Beacon, 2017.
- SUSSKIND Richard. *O Advogado do Amanhã: Uma introdução ao seu futuro*. 3ª Edição. Oxford University Press, 2023
- RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. *Artificial Intelligence: A Modern Approach*. 3. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2010.

